

## Termos e Condições

### §1. Disposições gerais

O Serviço **Intername – domínios mundiais** (doravante designado por Serviço) é propriedade da empresa BPtech.pl – serviços informáticos Boryszek Paweł, com sede em Goleniow, zachodniopomorskie, Polónia, com o número REGON 320502975 e o número IVA/VAT PL8561638135 (doravante designado por Proprietário). Este documento regula os princípios gerais de utilização do Serviço e está sujeito à legislação polaca.

### §2. Regulamentos de serviços e políticas

Os seguintes regulamentos dos serviços individuais prestados no âmbito do Serviço constituem parte integrante deste Regulamento. Ao aceitar este Regulamento, o Utilizador expressa igualmente a aceitação do conteúdo dos Regulamentos e Políticas indicados abaixo:

- Regulamentos de registo e renovação de domínios
- Regulamentação dos serviços de alojamento
- Regulamentos de pagamento
- Política de privacidade

### §3. Dados recolhidos no Serviço

1. No âmbito da utilização do Serviço, são recolhidos e processados dados que não são dados pessoais, nomeadamente:
  - a) nomes de domínios pesquisados pelo Utilizador,
  - b) domínios verificados na base WHOIS,
  - c) domínios convertidos no formato IDN,
  - d) histórico de pedidos e encomendas,
  - e) configurações de domínios e definições relacionadas com a gestão de serviços,
  - f) correspondência entre o Utilizador e o Serviço,
  - g) outros dados técnicos relacionados com a utilização do Serviço.
2. Os dados mencionados no ponto 1 constituem parte do recurso informativo do Serviço, cujos direitos pertencem ao Proprietário do Serviço.
3. Estes dados podem ser utilizados exclusivamente para garantir o funcionamento correto do Serviço, a realização de serviços em benefício do Utilizador, a proteção dos interesses legítimos do Proprietário do Serviço e o cumprimento das obrigações decorrentes da legislação ou dos regulamentos dos registos de nomes de domínios competentes (doravante designados por Registos).
4. O Proprietário do Serviço compromete-se a manter a confidencialidade dos dados indicados no ponto 1 e a tomar todas as medidas técnicas e organizacionais razoáveis e proporcionais para evitar a sua divulgação a terceiros, exceto nos casos em que:
  - a) a obrigação de divulgação decorre da legislação,
  - b) a divulgação dos dados é necessária para a realização dos serviços prestados em benefício do Utilizador pelo Proprietário do Serviço ou por entidades colaboradoras com base em contratos separados.
5. No caso de registo de um domínio por uma entidade jurídica (organização), os dados de registo dessa entidade, como o nome da empresa, morada, endereço de e-mail e número de telefone, podem ser publicados nos sistemas WHOIS/RDAP, em conformidade com a legislação aplicável e as regras dos Registos. Estes dados não estão sujeitos a anonimização ou ocultação.
6. Os dados podem ainda ser processados de forma anonimizada para fins estatísticos, analíticos e de pesquisa de tendências de mercado, não sendo, nesse âmbito, associados a um Utilizador específico.

### §4. Reclamações

1. O Utilizador pode apresentar reclamações relacionadas com o funcionamento do Serviço ou dos serviços prestados:
  - a) por escrito – para a morada da sede do Serviço,

b) por meios eletrónicos – para o endereço de e-mail: [info@interna.me](mailto:info@interna.me) ou através do formulário de contacto disponível no endereço <https://interna.me/contato/>.

2. A reclamação deve conter: os dados do Utilizador que permitam a sua identificação, a descrição das objeções apresentadas e o pedido.
3. O Serviço analisa a reclamação no prazo de 14 dias a contar da sua receção. A resposta à reclamação é fornecida na mesma forma em que a reclamação foi apresentada, salvo se o Utilizador indicar expressamente uma outra forma preferida de resposta.
4. O Utilizador que seja consumidor tem a possibilidade de recorrer a métodos extrajudiciais de resolução de reclamações e de reivindicação de direitos, nomeadamente:
  - a) contactar o defensor dos consumidores competente localmente,
  - b) recorrer à assistência do Inspeção Regional de Inspeção Comercial,
  - c) apresentar uma queixa através da plataforma ODR da União Europeia, disponível no endereço: <https://ec.europa.eu/consumers/odr>.
5. O recurso a métodos extrajudiciais de resolução de litígios é voluntário.
6. A apresentação de uma reclamação, desde que a continuação da prestação do serviço em causa seja possível, não interrompe a sua execução. Caso a continuação da prestação seja impossível ou possa impedir a análise correta da reclamação, a execução do serviço pode ser suspensa durante o período de análise da reclamação, desde que isso não viole os direitos do consumidor decorrentes da legislação.
7. Caso a reclamação não seja analisada no prazo legal, considera-se que a reclamação foi resolvida em conformidade com a legislação aplicável.

## §5. Alterações ao Regulamento

1. O Serviço reserva-se o direito de alterar este Regulamento ou partes do mesmo em qualquer momento, nomeadamente nos casos de:
  - a) alteração da legislação,
  - b) emissão de decisões, recomendações ou sentenças por parte de autoridades administrativas ou tribunais,
  - c) introdução de novas funcionalidades ou serviços,
  - d) alterações no modo de prestação de serviços por motivos técnicos, organizacionais ou de segurança,
  - e) necessidade de adaptação do Regulamento aos regulamentos ou exigências dos Registos.
2. Sobre o conteúdo das alterações ao Regulamento, o Serviço informará o Utilizador através de:
  - a) publicação do texto consolidado do Regulamento no site,
  - b) envio de informações para o endereço de e-mail associado à conta do Utilizador, com pelo menos 14 dias de antecedência antes da entrada em vigor das alterações. Além disso, os Utilizadores do Serviço serão informados sobre as alterações ao Regulamento no momento do login no Serviço ou ao realizar ações que exigem a aceitação do novo Regulamento.
3. O Utilizador que não se conectou ao Serviço e não visualizou a mensagem sobre a necessidade de aceitar o novo Regulamento receberá, em cada notificação sobre a aproximação do prazo de renovação de um serviço, informações sobre a obrigação de aceitar o Regulamento alterado.
4. O Utilizador que seja consumidor tem o direito de rescindir o contrato de prestação de serviços no prazo de 14 dias a contar da data da notificação sobre as alterações. A rescisão é isenta de custos e resulta na cessação da prestação de serviços no momento da entrada em vigor das alterações, pelo que o Utilizador que não aceita as alterações ao Regulamento é obrigado a transferir o serviço para outro fornecedor ou a renunciar a ele. A continuação da utilização do serviço mediante o pagamento e renovação para um novo período de subscrição é considerada uma aceitação clara do novo Regulamento. A continuação da utilização dos Serviços após a data de entrada em vigor das alterações ao Regulamento é tratada como aceitação das mesmas.
5. Caso, devido à natureza das alterações, seja tecnicamente impossível respeitar o prazo de 14 dias (por exemplo, alterações decorrentes das exigências dos Registos, mudanças legislativas ou ameaças de segurança), o Serviço informará o Utilizador sobre as alterações imediatamente após a sua implementação. Nesse caso, o Utilizador tem o direito de rescindir o contrato imediatamente sem custos.
6. O Regulamento considerado válido é aquele que foi aceite pela última vez pelo Utilizador.

## §6. Litígios

[info@interna.me](mailto:info@interna.me)

+48 22 299 11 32

+44 20 8638 8020

1. Em questões não reguladas por este Regulamento, aplicam-se as disposições da legislação geral em vigor na República da Polónia.
2. Todos os litígios decorrentes deste Regulamento serão resolvidos pelo tribunal competente localmente, de acordo com a legislação aplicável.
3. Os litígios relativos ao registo, manutenção ou propriedade de domínios serão resolvidos de acordo com os procedimentos do Registo competente (por exemplo, procedimentos UDRP ou ADR), se tais procedimentos forem previstos para a extensão de domínio em causa.

## **§7. Responsabilidade do Serviço**

1. O Serviço é responsável pela não execução ou execução inadequada do Serviço, em conformidade com a legislação aplicável.
2. Em relação aos Utilizadores que são consumidores, o Serviço é plenamente responsável, com base nos princípios estabelecidos no Código Civil e na Lei dos Direitos do Consumidor.
3. Em relação aos Utilizadores que não são consumidores, exceto no caso de danos intencionais, a responsabilidade do Serviço é limitada a danos reais e não inclui lucros cessantes, sendo a responsabilidade total limitada ao valor da taxa paga pelo Serviço em causa.
4. O Serviço não é responsável por:
  - a) ações e omissões do Utilizador, incluindo a fornecimento de dados falsos ou incompletos,
  - b) interrupções técnicas resultantes da necessidade de manutenção, modernização ou avarias independentes do Serviço,
  - c) ações de terceiros, em particular dos Registos, operadores de telecomunicações, fornecedores de serviços de alojamento ou outras entidades sobre as quais o Serviço não tem influência, considerando as disposições dos pontos 2 e 3.

## **§8. Cessação do contrato**

1. O contrato com o Utilizador cessa no momento:
  - a) da expiração do último domínio ou serviço ativo no Serviço, ou
  - b) da transferência do último domínio ou serviço do Serviço para outro fornecedor.
2. A cessação do contrato não afeta a obrigação do Utilizador de regularizar as quantias devidas resultantes da utilização anterior dos serviços do Serviço.

### §1. Registo de domínios

1. O Utilizador pode submeter um pedido de registo, aquisição, transferência, renovação ou captura de um domínio no Serviço. Estes são serviços executados de forma imediata e irreversível, não estando sujeitos a desistência ou anulação após a sua realização.
2. O pedido pode ser submetido independentemente do estado do saldo do depósito, mas a sua execução ocorrerá apenas se o saldo do depósito do Utilizador não for negativo.
3. A submissão de um pedido de registo, aquisição, transferência ou renovação de um domínio implica a aceitação, por parte do Utilizador, do regulamento do Registo que gere o domínio em questão. Em particular, para domínios nacionais, podem aplicar-se regulamentos adicionais estabelecidos pelo Registo nacional competente, disponíveis publicamente no seu site.
4. O Serviço, em conformidade com os requisitos da Diretiva NIS2 e as regras dos Registos, realiza a verificação dos dados de registo do Utilizador. A verificação pode incluir a confirmação do endereço de e-mail, número de telefone, endereço postal, bem como documentos de identificação ou números de registo de entidades jurídicas.
5. O Utilizador é obrigado a confirmar a exatidão dos seus dados dentro do prazo exigido. A falta de verificação ou a prestação de dados incorretos pode resultar na recusa do registo, suspensão ou remoção do domínio, sem direito ao reembolso das taxas.
6. De acordo com a Lei dos Direitos do Consumidor, o Utilizador não tem direito a desistir do contrato no prazo de 14 dias no caso de serviços prestados pelo Serviço que tenham sido totalmente executados com o consentimento expresso do Utilizador. O Utilizador dá o seu consentimento para que a prestação do serviço comece imediatamente após o pagamento do pedido, o que resulta na perda do direito de desistência.
7. O ponto 6 acima não limita os direitos legais dos consumidores decorrentes de disposições específicas, incluindo as disposições de proteção do consumidor, que não podem ser excluídas ou limitadas pelo regulamento.

### §2. Reserva de serviços

1. Os domínios não podem ser reservados. A submissão de um pedido de registo de um domínio não garante o seu registo posterior para o Utilizador.
2. Em particular, o domínio pode ser registado por outro registrator ou terceira parte durante o período de espera pelo crédito do pagamento ou pelo processamento do pedido no Serviço.
3. O Proprietário do Serviço não é responsável pelas consequências da impossibilidade de registar um domínio.
4. O Utilizador compromete-se a efetuar o pagamento pelo registo do domínio de imediato e assume a responsabilidade exclusiva pelo pagamento atempado e pela verificação da disponibilidade do domínio antes do seu registo.

### §3. Estatuto legal dos domínios

1. O Proprietário do Serviço não oferece qualquer garantia quanto ao estatuto legal dos domínios disponíveis para registo ou aquisição no Serviço.
2. O Utilizador assume a responsabilidade exclusiva por eventuais violações dos direitos de propriedade intelectual, incluindo os direitos sobre marcas registadas, decorrentes do uso do domínio.
3. Antes de submeter um pedido de registo ou aquisição de um domínio, o Utilizador deve verificar autonomamente se o domínio escolhido não viola os direitos de terceiros. Em particular, recomenda-se:
  - a) verificar as bases de dados de marcas registadas nacionais e internacionais,
  - b) verificar o histórico do domínio nas bases WHOIS ou outros registos públicos disponíveis,
  - c) consultar um consultor jurídico em caso de dúvidas sobre a legalidade do uso do domínio.

4. O Utilizador é também obrigado a assegurar que o domínio registado não viola a legislação local do país ou jurisdição em que o domínio é registado ou utilizado. Isso aplica-se especialmente a domínios relacionados com jogos de azar, pornografia ou outros conteúdos regulados por lei.
5. O Proprietário do Serviço não é responsável pelos conteúdos publicados pelo Utilizador nos domínios registados, nem pelos custos decorrentes da sua suspensão ou bloqueio pelo Registo competente, tribunal ou outra instituição autorizada.

#### §4. Período de Registo e Renovação de Domínios

1. O período mínimo de registo ou renovação de um domínio é indicado nas páginas informativas do Serviço relativas à extensão em causa e resulta das regras aplicáveis do Registo.
2. O período mínimo é geralmente de 1 ano, mas para certas extensões de domínio pode ser de 2, 3 ou mais anos, de acordo com os requisitos do Registo.
3. O período máximo de registo ou renovação é de 10 anos, salvo se o Registo estabelecer um período máximo inferior. Nesse caso, o período máximo corresponderá ao permitido por esse Registo.
4. O Utilizador pode registar ou renovar um domínio por um período superior ao mínimo, contactando previamente o Proprietário do Serviço.

#### §5. Domínios premium

1. Alguns nomes de domínio podem ser classificados pelo Registo como domínios premium, o que implica uma taxa mais elevada para o seu registo, transferência ou renovação.
2. A classificação de domínios como premium é determinada exclusivamente pelos Registos e pode ser alterada durante a vigência do contrato: o Registo pode adicionar um domínio à lista de premium ou alterar o valor das taxas a qualquer momento.
3. O Serviço não tem influência sobre as decisões do Registo neste âmbito e não é responsável pelas alterações no estatuto de um domínio para premium.
4. O Serviço compromete-se a informar o Utilizador sobre o estatuto de domínio premium e o valor da taxa aplicável antes de realizar o registo, transferência ou renovação, através de uma mensagem de e-mail.
5. O Utilizador que deseje registar ou renovar um domínio classificado como premium é obrigado a pagar a taxa de acordo com o preço atual do Registo. A falta de aceitação das novas condições resulta na impossibilidade de registar, transferir ou renovar o domínio.

#### §6. Serviço de agente local

1. No caso de domínios para os quais o Registo exige a indicação de um endereço local no país ou região associada ao registo, o Serviço pode registar o domínio utilizando os dados de um representante local (agente local) que cumpra os requisitos estabelecidos pelo Registo. Os dados do agente local serão registados no registo de nomes, podendo, no entanto, ser ocultados na base WHOIS, de acordo com as regras do Registo.
2. A submissão de um pedido de domínio com a utilização do serviço de agente local não garante o registo automático do domínio. O agente local reserva-se o direito de recusar a prestação do serviço se considerar que o registo do domínio pode violar a legislação, os direitos de terceiros (em particular, direitos sobre marcas registadas), os bons costumes, as regulamentações do Registo local ou suscitar suspeitas razoáveis de utilização do domínio para fins ilegais. O Utilizador tem o direito de apresentar uma reclamação relativa às ações do agente. Em caso de recusa de registo, o Proprietário do Serviço procederá ao reembolso dos fundos pagos pelo Utilizador sem demora desnecessária.
3. Se o Proprietário do Serviço determinar que o Utilizador não cumpre os requisitos estabelecidos pelo Registo, o serviço de agente local, se fornecido gratuitamente, será aplicado automaticamente para cumprir os requisitos do Registo. Durante este período, aplicam-se todos os direitos e obrigações decorrentes da utilização do serviço de agente local. O Utilizador pode renunciar a este serviço, desde que forneça documentos que comprovem que cumpre autonomamente os requisitos do Registo.

4. A celebração de um contrato com a utilização do serviço de agente local não cria qualquer forma de colaboração jurídica nem entidade jurídica entre o Utilizador e o Proprietário do Serviço ou a pessoa do agente local. Formalmente, o agente é o titular do domínio, mas no âmbito da prestação do serviço, o Utilizador:
  - a) possui plenos direitos para gerir o domínio,
  - b) é responsável por todas as ações relacionadas com o domínio,
  - c) assume a plena responsabilidade pela conformidade com a legislação vigente no país ou região de registo, em particular no que diz respeito à proibição de utilizar domínios para atividades de jogos de azar, pornografia ou outras atividades reguladas por lei,
  - d) compromete-se a não violar os direitos de terceiros, incluindo os direitos sobre marcas registadas ou outros direitos protegidos.
5. O serviço de agente local está intrinsecamente ligado ao serviço de registo de domínios. O Utilizador, ao aceitar o início da prestação do serviço de registo de domínios com a utilização de um agente local, reconhece que não tem direito a desistir do contrato no prazo de 14 dias, uma vez que este serviço é executado imediatamente e tem caráter irreversível.
6. É proibido registar domínios com a utilização de um agente local com o objetivo de os revender ou colocar à venda. Os domínios que violem esta proibição podem ser suspensos ou removidos imediatamente.
7. O Proprietário do Serviço presta o serviço de agente local de boa-fé e não garante o seu funcionamento ininterrupto nem a ausência de suspensões.
8. O Proprietário do Serviço tem o direito, a seu critério e sem notificar o Utilizador, de alterar os dados do endereço ou transferir o domínio entre os seus representantes locais.
9. Em caso de disputa jurídica ou relativa ao domínio, com base numa decisão do Registo competente, de um tribunal ou de outra instituição autorizada, o Serviço pode suspender ou interromper o serviço de agente local e desativar o domínio. O Utilizador pode utilizar os procedimentos de recurso disponíveis no Registo ou em tribunal.
10. O Utilizador compromete-se a proteger, salvaguardar e defender o Proprietário do Serviço contra quaisquer reclamações, custos ou danos, incluindo honorários legais razoáveis, decorrentes de qualquer domínio que utilize o serviço de agente local e resultantes de uma ação intencional do Utilizador.
11. O Utilizador pode renunciar ao serviço de agente local a qualquer momento, desde que cumpra autonomamente os requisitos do Registo ou indique uma entidade colaboradora que os cumpra. Os fundos utilizados até esse momento para o serviço de agente local e para o período restante não são reembolsáveis. Em caso de renúncia ao serviço de agente local, podem ser aplicadas taxas adicionais:
  - a) Taxa cobrada pelo Registo para a realização do procedimento de alteração do titular (por exemplo, alteração de titular ou trade), de acordo com o preço em vigor do Registo.
  - b) Taxa administrativa cobrada pelo Proprietário do Serviço no caso de a renúncia exigir ações adicionais da sua parte, em particular a preparação de documentação ou a realização de procedimentos formais. O valor desta taxa será previamente acordado com o Utilizador.

## §7. Renovações automáticas e manuais de serviços

1. O Serviço envia ao Utilizador a primeira notificação sobre a renovação iminente de um domínio ou serviço que está prestes a expirar pelo menos 30 dias antes da data de expiração, indicando o prazo de pagamento improrrogável, e posteriormente envia lembretes até:
  - a) a realização da renovação,
  - b) a notificação de renúncia ao serviço, ou
  - c) a expiração automática do serviço devido à falta de pagamento.As notificações são enviadas principalmente por e-mail e, em alguns países, também por SMS.
2. A renovação automática no Serviço está ativada por defeito para todos os domínios e serviços. Se o Utilizador não a desativar, o processo de renovação começa 7 dias antes do prazo de pagamento. A renovação será realizada apenas na medida dos fundos disponíveis no depósito do Utilizador. Os pagamentos efetuados antes do prazo de pagamento serão considerados no primeiro pedido automático possível. Os pagamentos creditados após o término do prazo de pagamento podem ser registados na conta do Utilizador, mas não garantem a renovação automática do domínio ou serviço e podem implicar a necessidade de realizar uma renovação manual e eventuais taxas adicionais para reativação.
3. O Utilizador pode ativar a funcionalidade de pagamentos automáticos. Os detalhes encontram-se no Regulamento de Pagamentos do Serviço.

4. Independentemente das configurações de renovação automática no Serviço, alguns Registos podem renovar autonomamente um domínio antes do término da sua validade e cobrar esse custo ao Serviço. Se o Utilizador não desativou a renovação automática no Serviço nem notificou a renúncia ao domínio (o mais tardar no prazo indicado na notificação), e o Registo realizar uma renovação automática, o custo dessa renovação será totalmente transferido para o Utilizador e debitará o seu depósito, independentemente do estado dos fundos no momento do débito. A desativação da renovação automática no Serviço ou o envio da renúncia ao domínio para o endereço de e-mail do Serviço é suficiente para evitar a renovação automática pelo Registo.
5. As mesmas regras aplicam-se ao serviço de agente local: a falta de renúncia ao serviço no prazo exigido resulta no débito do depósito do Utilizador com o valor da renovação do serviço, caso esta seja efetivamente realizada.
6. Os domínios e serviços podem permanecer ativos após o prazo de pagamento. A data de entrada de um domínio ou serviço no período de expiração está indicada nos detalhes do domínio ou serviço em questão (data de validade).
7. O período de expiração de um domínio depende da extensão selecionada e do Registo competente. Informações detalhadas sobre o período de expiração e os custos de reativação de um domínio em expiração encontram-se na página informativa da extensão em questão. Para algumas extensões de domínio, o período de expiração não se aplica, e os domínios podem ser removidos imediatamente após o término do prazo de pagamento.
8. O custo de reativação de um domínio que entrou no período de expiração é geralmente superior ao preço padrão de renovação e recai sobre o Utilizador.
9. Quaisquer excedentes de pagamento ou pagamentos efetuados pelo Utilizador serão utilizados de acordo com o Regulamento de Pagamentos do Serviço.
10. No caso de domínios ou serviços para os quais o Utilizador desativou a renovação automática, o Utilizador deve indicar claramente a que domínio ou serviço se refere o pagamento ao depósito:
  - a) Ao recarregar o depósito por transferência, o Utilizador deve incluir no título da transferência uma identificação clara do domínio ou serviço pago, por exemplo, o nome do domínio, o nome do serviço ou o número da proforma. Após o crédito do pagamento, o Serviço ordenará a renovação do serviço indicado.
  - b) No caso de pagamentos online (pagamentos rápidos), o Utilizador é obrigado a ordenar autonomamente a renovação no painel do Serviço. Para tal, deve:
    - aceder à lista dos seus domínios ou serviços,
    - selecionar o item para edição,
    - clicar no símbolo de renovação (setas num círculo), que abrirá o formulário de pedido de renovação.
11. A falta de recarga do depósito antes do prazo de pagamento, a desativação da renovação automática ou a não prestação de informações claras sobre o domínio ou serviço pago pode resultar na não renovação do domínio ou serviço.
12. A renovação realizada no Registo é definitiva e não pode ser anulada. Os fundos utilizados para a renovação não são reembolsáveis.

#### **§8. Phishing e outras atividades ilegais**

1. É estritamente proibido registar, manter ou utilizar domínios para fins ilegais, em particular relacionados com phishing, extorsão de dados, roubo de senhas, fraudes, branqueamento de capitais, violações dos direitos de terceiros, bem como atividades regulamentadas (por exemplo, jogos de azar, pornografia, conteúdos proibidos por lei). A proibição inclui também ações contrárias à legislação do país ou jurisdição em que o domínio é registado ou utilizado.
2. Em caso de suspeita razoável e documentada de abuso, violação da lei ou inconsistência dos dados de registo, o Serviço pode, independentemente da fase de registo, renovação ou transferência, suspender ou remover o domínio, limitar a sua funcionalidade e bloquear a conta do Utilizador. Tais ações podem basear-se, em particular, em notificações do Registo, das autoridades estatais competentes ou de outras entidades autorizadas.
3. Em caso de suspensão ou remoção de um domínio nos termos do ponto 2, todas as taxas pagas pelo Utilizador em relação ao registo, manutenção ou renovação do domínio não são reembolsáveis.

4. O Serviço reserva-se o direito de colaborar com as autoridades estatais competentes, os Registos e terceiros para detetar, prevenir e combater qualquer violação da lei, incluindo, mas não se limitando, às violações mencionadas no ponto 1, bem como qualquer outra violação da lei que não possa ser prevista ou listada exaustivamente no regulamento.
5. Em caso de suspeita de violação da lei ou de receção de uma notificação sobre tal suspeita relativa a um nome registado, o Utilizador será informado imediatamente pelo Proprietário do Serviço por via eletrónica para o endereço de e-mail associado à conta do Utilizador.

## §9. Disponibilidade dos domínios

1. O Serviço faz todos os esforços para garantir que as informações sobre a disponibilidade dos domínios sejam atualizadas, fiáveis e consistentes com o estado dos Registos no momento da sua apresentação. Estes dados podem provir parcialmente de terceiros e nem sempre refletem o estado do Registo em tempo real.
2. O Utilizador assume a responsabilidade exclusiva pela verificação da disponibilidade do domínio antes de proceder ao seu registo. Em caso de dúvidas, deve contactar o Serviço ou verificar o estado do domínio diretamente no Registo.
3. O Serviço não é responsável pela impossibilidade de registar um domínio por razões atribuíveis ao Registo, ao operador ou ao Utilizador (por exemplo, registo prévio por outra pessoa, dados incorretos, falta de entrega dos documentos exigidos). Todas as informações sobre a disponibilidade dos domínios têm carácter informativo e não constituem uma garantia de registo nem de obtenção de direitos sobre o domínio.
4. Em caso de impossibilidade de registar um domínio pago pelo Utilizador, os fundos pagos serão reembolsados de acordo com o Regulamento de Pagamentos do Serviço.

## §10. Erros do sistema, abusos e exatidão dos dados

1. Os pedidos submetidos em resultado de um erro técnico do sistema, em particular aqueles que contenham dados não realistas que possam ser utilizados de forma desonesta, não serão executados. Em caso de deteção de tais pedidos, o Serviço reserva-se o direito de os cancelar automaticamente sem notificação adicional ao Utilizador.
2. A utilização intencional ou consciente de erros do sistema pelo Utilizador para obter benefícios financeiros ou outras vantagens, incluindo manipulações no sistema de pedidos ou leituras de dados, será considerada abuso. Em caso de deteção de tal comportamento, o Serviço reserva-se o direito de:
  - a) bloquear a conta do Utilizador,
  - b) recusar a execução de pedidos atuais e futuros, c) notificar as autoridades competentes, incluindo os serviços de cibersegurança, sobre a suspeita de um crime.
3. O Serviço não conduz programas do tipo “bug bounty” nem prevê recompensas por relatar erros do sistema.
4. O Utilizador assume a plena responsabilidade pela exatidão e atualização de todos os dados fornecidos no Serviço, incluindo os dados de registo na base WHOIS e o endereço de e-mail:
  - a) Em caso de verificação dos dados do Utilizador pelo Proprietário do Serviço ou pelo Registo com base em documentos de identificação, documentos empresariais ou outros documentos exigidos, o Utilizador é obrigado a fornecer informações corretas.
  - b) O endereço de e-mail fornecido pelo Utilizador deve estar atualizado e permitir a comunicação. As mensagens enviadas para o endereço de e-mail indicado são consideradas entregues, independentemente do estado da conta de e-mail, da inacessibilidade do endereço ou do encaminhamento das mensagens para a pasta de SPAM.
  - c) A prestação de dados falsos, incompletos ou desatualizados pode resultar na remoção imediata do domínio pelo Registo, na não devolução dos fundos pagos e no débito ao Utilizador de quaisquer sanções, taxas, penalidades ou outras consequências impostas pelos Registos, operadores de pagamento ou autoridades estatais competentes em relação a esses dados.
5. O Utilizador é obrigado a atualizar continuamente os dados de contacto e de registo no Serviço.

## Regulamentação dos serviços de alojamento

### §1. Definições

**Ativação** – O início do Serviço de Alojamento.

**Centro de Autorização (CA)** – Entidade terceira autorizada a emitir Certificados SSL.

**Certificado SSL** – Uma cadeia única de caracteres utilizada para autenticar os recursos armazenados no servidor onde está instalado, emitida para um nome de domínio específico com base na verificação do direito de utilização realizada pelo Centro de Autorização (CA).

**Serviço de Alojamento** – O serviço principal fornecido num servidor gerido pelo Fornecedor do Serviço, que inclui Alojamento Web e/ou Serviço de Correio Eletrónico. O Serviço de Alojamento consiste em disponibilizar ao Utilizador funcionalidades conforme a oferta e os parâmetros de segurança listados no site do Serviço, com a possibilidade de gerir as configurações através do Painel Administrativo.

**Alojamento Web** – Um componente do Serviço de Alojamento que consiste na atribuição ao Utilizador de uma porção do servidor gerido pelo Fornecedor do Serviço, com dimensões e parâmetros especificados na Especificação, onde o Utilizador pode armazenar os seus dados.

**Período de Subscrição** – A duração do Serviço de Alojamento.

**Período de Teste** – Um período durante o qual o Utilizador pode testar gratuitamente as funcionalidades do Serviço de Alojamento.

**Painel Administrativo** – A aplicação Direct Admin através da qual o Utilizador pode gerir as configurações do Serviço de Alojamento, incluindo o Alojamento Web e/ou o Serviço de Correio Eletrónico.

**Servidor** – Um dispositivo informático físico ou virtual gerido pelo Fornecedor do Serviço, utilizado para armazenamento, processamento e partilha de dados no âmbito do Serviço de Alojamento, incluindo o Alojamento Web, o Serviço de Correio Eletrónico ou o Serviço de Certificado SSL.

**Especificação** – Um documento disponível na página informativa relativa ao Serviço de Alojamento encomendado, que contém uma lista detalhada dos parâmetros técnicos e de segurança.

**Serviço de Certificado SSL** – Um serviço que consiste em representar o Utilizador perante o Centro de Autorização no processo de celebração de um contrato para a emissão de um Certificado SSL.

**Serviço de Correio Eletrónico** – Um componente do Serviço de Alojamento que permite ao Utilizador enviar, receber e armazenar mensagens de correio eletrónico conforme os parâmetros indicados na Especificação, incluindo a possibilidade de criar contas de e-mail, aliases e respostas automáticas.

**Encomenda** – O pedido do Utilizador para criar uma conta de alojamento num servidor gerido pelo Fornecedor do Serviço no âmbito do Serviço de Alojamento.

Todos os termos escritos com letra maiúscula e não definidos neste Regulamento dos Serviços de Alojamento terão o significado atribuído no Termos e Condições.

### §2. Disposições Gerais

1. Os dados armazenados no servidor no âmbito do Serviço de Alojamento (incluindo o Alojamento Web) partilham equitativamente todos os parâmetros do Servidor onde se encontram.
2. O Fornecedor do Serviço garante uma disponibilidade do Serviço de Alojamento de 99%. Caso este nível não seja alcançado, o Fornecedor do Serviço reembolsará ao Utilizador os fundos pagos, até ao custo padrão do Serviço de Alojamento conforme a tabela de preços.
3. O Fornecedor do Serviço reserva-se o direito de realizar interrupções de manutenção planeadas e não planeadas. As interrupções planeadas serão realizadas de forma a minimizar a sua duração e impacto na disponibilidade do Serviço de Alojamento, com notificação prévia ao Utilizador sempre que possível. Durante tais interrupções, podem ocorrer inconvenientes ou indisponibilidade do Serviço de Alojamento. Estas interrupções não constituem motivo para reembolsos, desde que se enquadrem na garantia de disponibilidade do Serviço de Alojamento especificada no ponto 2.

4. As alterações a este Regulamento dos Serviços de Alojamento são anunciadas de acordo com o procedimento especificado no Termos e Condições.

### §3. Contrato e Ativação do Serviço de Alojamento

1. O contrato é celebrado por um período determinado, não inferior a 12 meses. A encomenda do Serviço de Alojamento consiste no preenchimento de um formulário de encomenda eletrónico pelo Utilizador ou no início direto da utilização do serviço.
2. Efetuar uma encomenda ou começar a utilizar o serviço equivale à celebração de um contrato entre o Utilizador e o Fornecedor do Serviço para a prestação do Serviço de Alojamento nas condições especificadas no Regulamento dos Serviços de Alojamento, na tabela de preços, na oferta e nos parâmetros de segurança.
3. O contrato abrange a prestação do Serviço de Alojamento (incluindo o Alojamento Web e/ou o Serviço de Correio Eletrónico) com parâmetros detalhados na Especificação, nomeadamente: o espaço de servidor atribuído ao Utilizador, a quantidade de dados transferíveis por mês, a potência do processador, os limites de envio de e-mails e outros parâmetros de segurança.
4. O Serviço de Alojamento é ativado no prazo de 2 dias úteis após a Encomenda ou a Encomenda para o Período de Teste.
5. O Período de Subscrição do Serviço de Alojamento é calculado a partir do dia da Ativação do Serviço de Alojamento ou da Ativação do Serviço de Alojamento após o término do Período de Teste.
6. Se o Utilizador não especificar uma localização preferida para o servidor durante a Encomenda, o Fornecedor do Serviço atribuirá uma localização aleatoriamente, com base na disponibilidade de recursos, entre as seguintes localizações: Reino Unido, Finlândia, Alemanha, Luxemburgo ou Polónia. O Utilizador será informado da localização atribuída ao servidor e dos detalhes de acesso para o Serviço de Alojamento e o Painel Administrativo através de um e-mail enviado para o endereço fornecido pelo Utilizador. O Utilizador tem o direito de solicitar uma alteração da localização do servidor no prazo de 7 dias a contar da data de Ativação do Serviço de Alojamento, desde que existam recursos disponíveis na localização escolhida. As informações relativas ao tratamento de dados em relação às localizações dos servidores estão disponíveis na Política de Privacidade.
7. O Serviço de Correio Eletrónico, como componente do Serviço de Alojamento, inclui a possibilidade de criar contas de e-mail, aliases e respostas automáticas, conforme os parâmetros especificados na Especificação.
8. Em caso de falha do servidor, o Fornecedor do Serviço tomará medidas de reparação no menor tempo possível, não superior a 24 horas após a notificação do problema. O Utilizador será informado sobre tais eventos.

### §4. Período de Teste

1. O Utilizador pode testar as funcionalidades do Serviço de Alojamento durante um Período de Teste de 7 dias, calculado a partir da data da Encomenda.
2. A condição para usufruir do Período de Teste é a realização de uma Encomenda para o Serviço de Alojamento com uma nota que expresse o desejo de testar o Serviço.
3. Durante o Período de Teste, o Fornecedor do Serviço emitirá uma fatura proforma por um valor correspondente ao custo do Serviço de Alojamento para o Período de Subscrição escolhido pelo Utilizador.
4. Se o Utilizador pagar a fatura proforma no prazo de 7 dias após o término do Período de Teste, a prestação do Serviço de Alojamento será prolongada até ao final do Período de Subscrição estabelecido.
5. A falta de pagamento da fatura proforma durante o Período de Teste resultará na suspensão do Serviço de Alojamento 7 dias após o término do Período de Teste. Se o Utilizador não pagar a fatura proforma no prazo de 30 dias após o término do Período de Teste, o Fornecedor do Serviço eliminará os dados do Utilizador armazenados no âmbito do Serviço de Alojamento. O Utilizador será informado da eliminação planeada dos dados de acordo com o Regulamento de Pagamentos.

### §5. Declarações, Responsabilidades, Direitos e Obrigações das Partes

1. O Utilizador declara que:
  - a) possui as autorizações necessárias para utilizar o software instalado de forma independente no âmbito do Serviço de Alojamento (incluindo o Alojamento Web e/ou o Serviço de Correio Eletrónico),
  - b) não utilizará o Serviço de Alojamento (incluindo o Alojamento Web e/ou o Serviço de Correio Eletrónico) de forma contrária ao seu propósito e aos parâmetros especificados,
  - c) não utilizará o Serviço de Alojamento como repositório de dados, em particular como servidor espelho de outro servidor,
  - d) não executará processos contínuos em segundo plano, em particular aqueles que descarregam dados da Internet, peer-to-peer, peer-to-mail ou outras redes,
  - e) não enviará informações comerciais não solicitadas (spam),
  - f) não atacará nem perturbará o funcionamento de outros servidores na Internet ou na rede do Serviço (por exemplo, ataques de tipo DoS),
  - g) não armazenará cópias de segurança de dados,
  - h) não colocará elementos utilizados por outros serviços que não sejam geridos no Serviço de Alojamento do Utilizador,
  - i) não publicará conteúdos ilegais nem serviços relacionados com conteúdos pirateados (warez).
2. O Utilizador tem o direito de gerir o espaço de servidor atribuído através do Painel Administrativo Direct Admin no âmbito do Serviço de Alojamento.
3. O Utilizador é responsável pela atualização independente de todas as aplicações instaladas no âmbito do Serviço de Alojamento (incluindo o Alojamento Web e/ou o Serviço de Correio Eletrónico).
4. O Utilizador não pode utilizar o espaço do servidor no âmbito do Serviço de Alojamento para:
  - a) violar a lei, as normas sociais ou os bons costumes,
  - b) obter acesso não autorizado aos sistemas informáticos do Serviço ou de outros servidores,
  - c) impedir outros Utilizadores de utilizar os recursos do sistema do Serviço,
  - d) enviar spam,
  - e) fornecer conteúdos ilegais, pornográficos ou que contenham software ilegal,
  - f) armazenar e partilhar conteúdos ofensivos,
  - g) violar a privacidade de outros utilizadores,
  - h) transmitir em streaming filmes, ficheiros ou servidores de jogos.
5. O Utilizador não pode utilizar scripts/aplicações como Publiker, SEO Adder, esCat ou DonLinkage devido à sua carga excessiva no servidor ou a possíveis violações de segurança no âmbito do Serviço de Alojamento.
6. O Fornecedor do Serviço pode suspender temporariamente a prestação do Serviço de Alojamento em caso de suspeita de natureza ilícita dos dados ou atividades do Utilizador, até que o Utilizador forneça esclarecimentos.
7. O Fornecedor do Serviço compromete-se a fornecer suporte para tecnologias modernas (por exemplo, versões atualizadas de PHP). Se a tecnologia utilizada pelo Utilizador se tornar obsoleta e não for mais suportada pelo servidor devido a vulnerabilidades de segurança ou outros problemas técnicos, o Utilizador é obrigado a adaptar independentemente as suas aplicações a tecnologias mais recentes e suportadas. O Fornecedor do Serviço fornecerá suporte se necessário.
8. O Fornecedor do Serviço fornece o Painel Administrativo Direct Admin no estado em que se encontra. O Utilizador utiliza as aplicações disponíveis no painel, incluindo os construtores de sites ou ferramentas para instalação automática de software, por sua conta e risco. O Fornecedor do Serviço compromete-se a garantir que as aplicações no painel estejam atualizadas e seguras.
9. O Utilizador é obrigado a criar e armazenar independentemente cópias de segurança numa localização externa fora da conta de alojamento no âmbito do Serviço de Alojamento. O Fornecedor do Serviço pode eliminar os ficheiros de backup deixados no ambiente de alojamento para garantir segurança e desempenho, após notificação ao Utilizador com 7 dias de antecedência. O espaço de alojamento destina-se exclusivamente a versões ativas de sites, como versões de produção, desenvolvimento ou teste. Em caso de necessidade de suporte para a configuração de backups, o Utilizador pode contactar o Fornecedor do Serviço.
10. Os e-mails armazenados no âmbito do Serviço de Correio Eletrónico (como componente do Serviço de Alojamento) estão disponíveis durante a duração do serviço. Após o término do Período de Subscrição ou em caso de violação do Regulamento, os dados, incluindo os e-mails, podem ser eliminados após 30 dias, com notificação ao Utilizador de acordo com o Regulamento de Pagamentos.

## §6. Certificados SSL

1. A encomenda do Serviço de Certificado SSL consiste no preenchimento de um formulário de encomenda eletrónico.
2. O Utilizador aceita os regulamentos do Centro de Autorização (CA) disponíveis nos seus sites.
3. O Fornecedor do Serviço solicita ao CA a emissão de um Certificado SSL após receção do pagamento.
4. O Certificado SSL é emitido após a verificação do direito de utilização do domínio. O Utilizador será informado do resultado da verificação e do procedimento de reembolso em caso de falha na verificação.
5. Em caso de falha na verificação, o pagamento será primeiro reembolsado para o depósito do Utilizador no Serviço e, em seguida, de acordo com o procedimento especificado no Regulamento de Pagamentos.
6. O Período de Subscrição começa com a emissão do Certificado SSL.
7. Se o Utilizador dispuser de um Serviço de Alojamento ativo com um domínio delegado coberto pelo Certificado SSL, o Certificado SSL será instalado gratuitamente no servidor. Caso contrário, o Certificado SSL, juntamente com os ficheiros necessários para a instalação, será enviado para o endereço de e-mail do Utilizador, sendo o Utilizador responsável pela sua instalação independente no seu servidor.

## §7. Espaço Adicional e Endereços IP Adicionais

1. O Utilizador pode adquirir um pacote de espaço de servidor adicional com parâmetros e preços especificados na oferta publicada no site do Serviço, desde que haja espaço disponível no servidor no âmbito do Serviço de Alojamento.
2. O Utilizador pode adquirir endereços IP adicionais de acordo com a oferta publicada no site do Serviço, desde que estejam disponíveis.
3. O Fornecedor do Serviço não garante a disponibilidade de pacotes de espaço adicional nem de endereços IP adicionais no servidor atualmente utilizado pelo Utilizador no âmbito do Serviço de Alojamento.

## §8. Pagamentos e Renovação do Serviço

1. O Serviço de Alojamento, os Certificados SSL, o espaço adicional e os endereços IP adicionais são faturados em períodos anuais.
2. O Período de Subscrição seguinte é calculado a partir do dia de expiração do Período de Subscrição anterior.
3. As questões não cobertas por este Regulamento dos Serviços de Alojamento são descritas no Regulamento de Pagamentos.
4. Após a expiração do Período de Subscrição, o Serviço é suspenso e todos os dados do Utilizador no âmbito do Serviço de Alojamento podem ser eliminados após 30 dias, com notificação de acordo com o Regulamento de Pagamentos.

## §9. Migração da Conta do Utilizador

1. O Fornecedor do Serviço reserva-se o direito de migrar todo o Serviço de Alojamento do Utilizador, incluindo todos os dados e serviços ativos, para outro servidor para garantir a continuidade da prestação do serviço ou por motivos técnicos, organizacionais ou de segurança.
2. A migração da conta do Utilizador será realizada preservando todos os dados e serviços ativos. O Utilizador será informado da migração planeada com pelo menos 7 dias de antecedência, exceto se a migração for necessária por motivos urgentes (por exemplo, falha do servidor). A migração não afetará a qualidade do Serviço de Alojamento nem a disponibilidade dos dados.

## §10. Direito de Retratação

1. No caso do Serviço de Alojamento, um Utilizador que seja consumidor tem o direito de retratar-se do contrato no prazo de 14 dias a contar da sua celebração, em conformidade com as disposições da lei sobre os direitos dos consumidores.

### §1. Pagamentos para renovação de domínios e serviços

1. Os pagamentos pelos serviços de renovação ordenados através do Serviço devem ser efetuados dentro dos prazos indicados na lista de serviços a pagar presente na conta do Utilizador.
2. O prazo de pagamento refere-se ao momento em que os fundos são creditados no depósito do Utilizador, confirmado por uma mensagem de e-mail enviada pelo Serviço. O momento da realização da transferência pelo Utilizador não é considerado como momento de pagamento.
3. Quaisquer atrasos resultantes do funcionamento dos bancos, operadores de pagamento, dias não úteis ou outros fatores independentes do Serviço não são imputáveis ao Proprietário do Serviço.
4. Todas as comissões e custos bancários ou dos operadores relacionados com a realização dos pagamentos são sempre suportados pelo Utilizador.
5. O pagamento efetuado após o prazo pode resultar na não execução do serviço ordenado. Em particular:
  - a) o serviço pode ser temporariamente suspenso ou bloqueado,
  - b) a sua reativação pode implicar custos adicionais de acordo com o preço em vigor,
  - c) no caso de domínios, a falta de pagamento da renovação dentro do prazo pode causar a perda irreversível dos direitos sobre o domínio e a possibilidade do seu registo por terceiros,
  - d) no caso de alojamento e correio eletrónico — o não pagamento da renovação dentro do prazo pode resultar na perda irreversível dos dados armazenados no servidor.
6. O Proprietário do Serviço não é responsável por danos ou perdas sofridos pelo Utilizador devido à não renovação de serviços resultante de um pagamento não atempado.

### §2. Política de preços

1. Os preços dos serviços prestados pelo Proprietário do Site estão definidos na tabela de preços em vigor no momento da encomenda.
2. O Proprietário do Site envida todos os esforços para manter os preços dos serviços tão baixos quanto possível durante o maior período de tempo possível; no entanto, não garante a sua imutabilidade futura e reserva-se o direito de os atualizar.
3. A atualização da tabela de preços não afeta as encomendas pagas antes da data da alteração.
4. Os preços indicados na tabela são líquidos e referem-se a um período de 1 ano.
5. Se o período mínimo de registo de um domínio for superior a 1 ano, a taxa de registo corresponde a um múltiplo do preço anual de registo indicado na tabela.
6. Se o preço de registo de um domínio for inferior ao preço de renovação, a taxa de registo por um período superior ao mínimo incluirá o preço de registo (conforme o ponto 5) acrescido de um múltiplo do preço anual de renovação em vigor na data do pagamento.
7. Ao pagar o registo ou a renovação de um domínio por um período superior ao mínimo, o Utilizador protege-se contra eventuais aumentos de preços durante todo o período abrangido pelo pagamento.

### §3. Uniformização das datas de pagamento

1. O Utilizador pode ativar a função de uniformização das datas de pagamento para os seus domínios e serviços prestados no Serviço.
2. Em caso de ativação da função de uniformização das datas de pagamento, o Serviço:
  - a) gera uma notificação e uma fatura que abrangem todos os domínios e serviços cobertos por esta função,
  - b) não altera as datas de validade individuais de cada domínio ou serviço.
3. As datas de pagamento para todos os domínios e serviços cobertos pela função são uniformizadas, enquanto as datas de validade de cada domínio ou serviço permanecem inalteradas e únicas. Após a renovação, o período de validade de cada domínio ou serviço é prorrogado a partir da sua data de validade original, não da data de uniformização dos pagamentos.

4. A ativação da função de uniformização das datas de pagamento não isenta o Utilizador da obrigação de efetuar os pagamentos de forma atempada. A falta de pagamento dentro do prazo acarreta as consequências previstas no Regulamento de Pagamentos e no Regulamento de Registo de Domínios.
5. O Utilizador pode desativar a função de uniformização das datas de pagamento a qualquer momento.

#### §4. Depósito e reembolsos

1. O Utilizador pode efetuar um depósito antecipado de fundos na sua conta no Serviço (depósito).
2. Os fundos acumulados no depósito permanecem propriedade do Utilizador até ao momento da sua utilização para a compra de serviços. O depósito não gera obrigações fiscais em matéria de IVA ou imposto sobre o rendimento. A obrigação fiscal surge apenas no momento da utilização dos fundos para um serviço específico.
3. O depósito é creditado e automaticamente utilizado para pagar as renovações de domínios e serviços ordenados pelo Utilizador, até ao esgotamento dos fundos.
4. Em caso de atrasos nos pagamentos pelos serviços realizados no Serviço, qualquer depósito efetuado pelo Utilizador será primeiro utilizado para cobrir esses atrasos, e apenas o excedente de fundos será destinado ao pagamento de serviços atuais ou futuros, incluindo renovações de domínios.
5. O Utilizador tem o direito de solicitar o reembolso total ou parcial dos fundos não utilizados no depósito a qualquer momento, através da submissão de um pedido apropriado no painel do cliente ou por via eletrónica.
6. O reembolso dos fundos é efetuado no prazo de 14 dias a contar da notificação, para a conta bancária indicada pelo Utilizador.
7. Todos os custos de transferência e comissões bancárias são suportados pelo Utilizador.
8. Os fundos já utilizados para pagar serviços (por exemplo, registo ou renovação de um domínio) não são reembolsáveis.

#### §5. Atrasos nos pagamentos

1. Em caso de atrasos nos pagamentos pelos serviços realizados no Serviço, que excedam 50% do valor bruto devido por um determinado serviço, o Proprietário do Serviço informará imediatamente o Utilizador sobre os atrasos por via eletrónica, para o endereço de e-mail associado à conta do Utilizador, indicando o montante dos atrasos, o prazo para a sua liquidação (não inferior a 7 dias a contar da notificação) e as consequências da falta de pagamento. Em caso de não entrega da notificação por razões independentes do Serviço (por exemplo, endereço de e-mail incorreto fornecido pelo Utilizador), a notificação considera-se entregue se for enviada para o endereço indicado na conta do Utilizador.
2. Em caso de verificação dos atrasos mencionados no ponto 1, o Proprietário do Serviço tem o direito de:
  - a) bloquear imediatamente a possibilidade de transferência de domínios ou serviços do Utilizador para outra conta ou para outro registrator até à liquidação dos atrasos,
  - b) suspender a execução de pedidos atuais e futuros do Utilizador no Serviço até à liquidação dos atrasos,
  - c) suspender o funcionamento dos sites associados aos domínios após 14 dias a contar da notificação mencionada no ponto 1, desde que seja enviado um lembrete adicional para o endereço de e-mail do Utilizador, e, se possível, também em outra forma disponível (por exemplo, SMS ou telefonicamente, se o serviço for oferecido), pelo menos 48 horas antes da suspensão.
3. O Utilizador que seja consumidor tem o direito de apresentar observações sobre a notificação de atrasos, em particular em caso de erros no cálculo das taxas, no prazo de 7 dias a contar da receção da notificação. As observações serão analisadas no prazo de 7 dias a contar da sua apresentação. Durante a análise das observações, o bloqueio da transferência de domínios ou serviços pode ser mantido se for necessário para garantir o recebimento dos valores devidos, salvo se o Utilizador demonstrar que o atraso resulta de um erro do Serviço. Nesse caso, o bloqueio será levantado imediatamente, no prazo máximo de 24 horas após a confirmação do erro.
4. Após a liquidação dos atrasos, todas as restrições mencionadas no ponto 2 serão levantadas imediatamente, no prazo máximo de 24 horas após o crédito do pagamento.

5. No caso de consumidores, o bloqueio da transferência de domínios ou serviços não prejudica os seus direitos decorrentes da Lei dos Direitos do Consumidor, em particular o direito de desistir do contrato nos casos previstos por lei.
6. No caso de o atraso resultar de circunstâncias independentes do Utilizador (por exemplo, erro do sistema de pagamento ou do banco), o Serviço envidará todos os esforços para, após esclarecimento da situação, levantar as restrições mencionadas no ponto 2 imediatamente, no prazo máximo de 24 horas após a confirmação do erro, sem custos adicionais para o Utilizador.

## §6. Faturas IVA

1. As faturas pelos domínios e outros serviços adquiridos no Serviço são emitidas coletivamente numa base mensal.
2. As entidades da União Europeia que não possuam um número de IVA da UE ativo, bem como todas as entidades de Portugal, estão sujeitas ao IVA à taxa local.
3. As faturas abrangem todos os serviços adquiridos pelo Utilizador num determinado mês.
4. As faturas são enviadas em formato eletrónico para o endereço de e-mail indicado pelo Utilizador no Serviço.
5. O Utilizador é obrigado a garantir que o endereço de e-mail fornecido está atualizado e permite a receção das faturas.
6. Em caso de não receção de uma fatura ou deteção de erros no documento recebido, o Utilizador deve notificar imediatamente o Proprietário do Serviço.

## §7. Pagamentos online e comissões

1. Algumas formas de pagamento podem ser processadas por entidades externas que transferem os fundos pagos pelos Utilizadores para a conta do Proprietário do Serviço, de acordo com contratos separados.
2. As liquidações de transações por cartão de crédito, transferência online e outras formas de pagamento eletrónico são realizadas através de entidades externas, incluindo, entre outros, Przelewy24, Stripe e PayPal.
3. No caso de pagamentos em moeda estrangeira efetuados através do Przelewy24, o operador de pagamento converte o montante pago em PLN de acordo com a taxa de câmbio atual. No Serviço, o pagamento será creditado na moeda atribuída à conta do Utilizador.
4. Todos os pagamentos online efetuados através do sistema do Serviço (Przelewy24, Stripe, PayPal integrado no Serviço) estão sujeitos a uma taxa de serviço, da qual o Utilizador é informado antes de efetuar o pagamento. A taxa corresponde a 3 % do valor da transação para o operador Przelewy24, 4 % para o operador Stripe e 5 % para o operador PayPal.
5. PayPal – pagamentos manuais: no caso de pagamentos efetuados manualmente diretamente para a conta PayPal do Serviço, endereço de e-mail: paypal@interna.me, ou seja, sem utilizar o sistema automático do Serviço, o Utilizador é obrigado a informar imediatamente o Serviço sobre o pagamento efetuado. A falta de notificação pode resultar na não registo dos fundos. Na conta do Utilizador será creditado apenas o montante efetivamente recebido na conta PayPal do Serviço, após a dedução das comissões cobradas pelo PayPal. A taxa de serviço de 5 % não é aplicada a esse tipo de pagamentos.
6. Todas as outras comissões ou custos cobrados pelos operadores de pagamento são suportados pelo Utilizador.
7. O momento do crédito dos fundos no Serviço é determinante para a execução dos serviços. A execução do pedido ocorre apenas após a confirmação do crédito dos fundos na conta do Utilizador. O Serviço não é responsável por atrasos resultantes do funcionamento dos bancos, dias não úteis ou erros dos operadores de pagamento.

## §8. Pagamentos automáticos

1. O Utilizador pode ativar a funcionalidade de pagamentos automáticos, que permite ao Serviço debitar automaticamente os fundos do método de pagamento registado no sistema Stripe (geralmente um cartão de pagamento) para cobrir as renovações de domínios e serviços com renovação automática ativada.

info@interna.me

+48 22 299 11 32

+44 20 8638 8020

2. A ativação dos pagamentos automáticos permite depósitos automatizados no depósito, que são creditados e imediatamente utilizados para pagar as renovações.
3. Sete dias antes do prazo de pagamento, o Serviço criará um pedido de débito no cartão do Utilizador, que deverá ser executado no prazo de 24 horas.
4. A cada pagamento automático será adicionada uma taxa de serviço correspondente a 4 % do valor da transação.
5. Se no cartão do Utilizador houver fundos suficientes, o depósito será creditado e utilizado para a renovação automática de domínios e serviços.
6. Para que os pagamentos automáticos sejam executados, o Utilizador deve ter pelo menos um método de pagamento ativo registado no sistema Stripe e fundos suficientes para cobrir o valor total das renovações dos domínios/serviços com renovação automática, além da comissão de serviço.
7. O Serviço não é responsável pelo não cumprimento de um pagamento automático devido à falta de fundos no cartão, a um método de pagamento inativo ou a outras causas independentes do Serviço.
8. Em caso de falha do pagamento automático, o Utilizador permanece responsável pela liquidação atempada das quantias devidas, de acordo com as regras descritas no Regulamento de Pagamentos.

### §1. Administrador de dados

O administrador dos dados pessoais dos utilizadores do Serviço **Intername – domínios mundiais** (doravante designado como Serviço) é:

#### **BPtech.pl – usługi informatyczne Boryszek Pawel**

ul. Sadowa 12, 72-100 Goleniow, Polónia

IVA/VAT: PL8561638135

E-mail: [info@interna.me](mailto:info@interna.me)

O Serviço não nomeou um Encarregado da Proteção de Dados. Para questões relacionadas com a proteção de dados, por favor contacte o Administrador de Dados.

### §2. Finalidade e âmbito do processamento

- Os dados pessoais dos utilizadores são processados em conformidade com as bases legais e para as seguintes finalidades:
  - celebração e execução do contrato, incluindo, entre outros, a gestão da conta no Serviço, registo de domínios, pagamentos e emissão de faturas;
  - cumprimento de obrigações legais, por exemplo, obrigações fiscais e contabilísticas;
  - interesse legítimo do administrador, incluindo, entre outros, a proteção contra reclamações, análise estatística e garantia da segurança dos serviços informáticos;
  - com base no consentimento, por exemplo, envio de informações comerciais por e-mail/SMS, utilização de cookies analíticos e de marketing (em conformidade com a Lei dos Serviços Eletrónicos e a Lei das Telecomunicações).

### §3. Âmbito do processamento de dados

- Podem ser processados, entre outros, dados de identificação (nome, apelido, IVA, NIF, número de passaporte ou outro número de identificação, endereço), dados de contacto (telefone, e-mail), dados de pagamento e dados relacionados com a utilização do Serviço (logs, endereço IP, cookies).
- Os dados de identificação, incluindo, no caso de consumidores, o número NIF ou seu equivalente, são necessários para o correto registo do domínio e a emissão de faturas.

### §4. Período de conservação dos dados

- Os dados pessoais são conservados:
  - durante a vigência do contrato e pelo tempo necessário após a sua conclusão, por exemplo, para gerir reclamações e para apresentar ou defender-se de reclamações, até ao termo do período de prescrição (geralmente até 6 anos);
  - dados contabilísticos e fiscais: pelo período exigido pela legislação (por exemplo, 5 anos a contar do final do ano fiscal);
  - dados processados com base no consentimento: até ao momento da sua revogação.

### §5. Destinatários dos dados

- Os dados pessoais podem ser partilhados com:
  - entidades colaboradoras no âmbito do registo de domínios, serviços de alojamento, certificados SSL e gestão de pagamentos;
  - fornecedores de serviços informáticos, operadores de sistemas de pagamento, empresas de contabilidade, escritórios de advocacia, exclusivamente na medida necessária;
  - autoridades públicas, se tal obrigação decorrer da legislação ou de uma decisão judicial.
- Em casos justificados, quando tal transferência for necessária para executar o contrato entre o Utilizador e o Serviço, os dados podem ser transferidos para fora do Espaço Económico Europeu (EEE), garantindo salvaguardas adequadas em conformidade com o RGPD. O Utilizador será informado de tal transferência no momento da criação do pedido. A transferência de dados para países em relação aos quais a Comissão Europeia emitiu uma decisão que confirma um nível adequado de proteção (por exemplo, Reino Unido) ocorre com base nessa decisão.

### §6. Direitos do Utilizador

[info@interna.me](mailto:info@interna.me)

+48 22 299 11 32

+44 20 8638 8020

1. O Utilizador tem direito a:
  - a) aceder aos seus dados e obter uma cópia dos mesmos,
  - b) retificar os seus dados,
  - c) apagar os seus dados (“direito ao esquecimento”),
  - d) limitar o processamento,
  - e) transferir os dados para outro prestador de serviços,
  - f) opor-se ao processamento dos dados (em particular para fins de marketing),
  - g) revogar o consentimento a qualquer momento (sem prejuízo da legalidade do processamento anterior).
2. Em relação ao processamento de dados, o Utilizador tem o direito de apresentar uma queixa ao Presidente do Gabinete de Proteção de Dados Pessoais.

## §7. Segurança dos dados e NIS2

1. O Administrador adota medidas técnicas e organizativas exigidas pelo RGPD e pela Diretiva NIS2, em particular:
  - a) encriptação da transmissão de dados (SSL/TLS),
  - b) controlo de acesso e sistemas de autenticação,
  - c) monitorização e registo de eventos nos sistemas informáticos,
  - d) criação regular de cópias de segurança,
  - e) testes e atualização das medidas de segurança,
  - f) procedimentos para notificação e gestão de incidentes de segurança.
2. Em caso de ocorrência de um incidente que ameace a segurança dos dados ou serviços e que possa causar um elevado risco de violação dos direitos do Utilizador, este será informado imediatamente sobre tal evento.

## §8. Decisões automatizadas

1. Com base nos dados pessoais do Utilizador, não são tomadas decisões automatizadas, incluindo a criação de perfis nos termos do RGPD.

## §9. Cookies

1. O Serviço utiliza cookies para garantir o funcionamento correto e melhorar os serviços prestados.

### Tipos de cookies:

- a) **Necessários** (de sessão, de configuração), por exemplo, PHPSESSID, i\_cookie, i\_language, i\_settings, wordpress\_, wf, stripe, que permitem a utilização do Serviço e a realização de pedidos.
- b) **Analíticos**, por exemplo, i\_stats\_\*, que permitem analisar a forma como o Serviço é utilizado e melhorar o seu funcionamento (ativos apenas com o consentimento do Utilizador, mecanismo opt-in).

Cada Utilizador pode gerir autonomamente os cookies nas configurações do seu navegador, incluindo bloqueá-los ou eliminá-los.

## §10. Alterações à Política de Privacidade

1. O Administrador reserva-se o direito de alterar esta Política em caso de alterações na legislação, na tecnologia ou no modo de funcionamento do Serviço. O Utilizador será informado sobre alterações significativas através do Serviço ou por e-mail, com pelo menos 14 dias de antecedência antes da entrada em vigor das alterações.